

Constituintes CORREIO BRAZILIENSE querem acelerar reforma agrária

28 DEZ 1986

ANC 88
Pasta Dezembro/86
113

Como deve ser a reforma agrária no Brasil, do ponto de vista da Constituinte? Esta pergunta foi feita pelos correspondentes do CORREIO BRAZILIENSE em diversos estados aos novos senadores e deputados eleitos no dia 15 de novembro passado, ou seja, os que terão a responsabilidade, a partir do próximo ano, de fazer a nova Constituição do País. Analisando pontos de vista, tendências partidárias e particularidades regionais, é fácil constatar que os parlamentares têm opiniões diferentes sobre a reforma agrária e que certamente este será um dos pontos mais polêmicos durante os debates que ocorrerão.

Para Lavoisier Maia, senador eleito pelo PDS do Rio Grande do Norte, a reforma agrária é necessária. "Há muita terra sem aproveitamento adequado, a começar pelas terras devolutas, pertencentes ao poder público". Ele defende a reforma agrária que não se limita exclusivamente ao benefício do homem sem terra. "Ela deve ser mais ampla", sustenta. O senador eleito disse que não é suficiente redistribuir terras. É necessário também que haja assessoramento técnico permanente e recursos de ordem financeira para permitir o desenvolvimento da propriedade concedida. Lavoisier Maia acredita que a reforma agrária que o Governo vem realizando está "muito limitada".

Das idéias dele comunga a deputada Wilma Maia, sua mulher, também eleita pelo PDS. Para ela, apesar de "até existir um Ministério da Reforma Agrária", a reforma ainda não se efetivou. Wilma defende que a reforma não seja simplesmente uma redistribuição de terras. "Deve dar crédito descomplicado para os pequenos agricultores, além de assistência técnica para maior produtividade". A deputada informou que está disposta a se unir a outras parlamentares, inclusive de partidos que não o seu, para defender o Nordeste nesse particular.

Também eleito pelo Rio Grande do Norte, o deputado Iberê Ferreira de Sousa defende a reforma agrária como prioridade nacional. "Ninguém de bom senso hoje pode ser contra, mas que ela venha completa". Completa, no caso, é não apenas distribuir terras, mas a exemplo do que pensam Lavoisier Maia e Wilma Maia, a reforma deve

ser acompanhada de crédito, comercialização e assistência técnica. Para Iberê, as terras que devem ser atingidas pela reforma são as improdutivas. "Sem isso a reforma é um engodo", disse.

Da Bahia vêm opiniões diferentes. O senador eleito Jutahy Magalhães (PMDB) é defensor do atual projeto de reforma e quer vê-lo mantido na íntegra na nova Constituição. "Mas é preciso que o governo viabilize seu projeto o mais rápido possível", ressaltou. Já Genebaldo Correia, deputado federal também eleito pelo PMDB da Bahia, acredita que a Constituinte não precisa mais discutir este problema. "É preciso apenas acelerar o projeto do governo", disse.

A bancada amazonense do Congresso tem outra opinião formada a respeito da reforma agrária. Pelo menos os dois parlamentares entrevistados - o senador Fábio Lucena (PMDB) e a deputada Beth Azziz (PSB) - acreditam que a reforma atual não funciona a contento. Beth chega a afirmar que "o que está aí é um blefe" e que vai defender uma reforma "ampla, que vise prioritariamente o homem do campo". Já Fábio Lucena denuncia que o plano atual é cheio de "incongruências. Defendo que se dê terra para quem quer produzir, mas não as de propriedade privada. Não defendo a invasão da propriedade alheia", afirmou.

— Basta que seja cumprido o Estatuto da Terra para se fazer uma reforma agrária. A fórmula é do deputado federal Heráclito Fortes, eleito pelo PMDB do Piauí. O deputado Atila Lira, do PFL do mesmo Estado, defende a garantia da execução da reforma agrária na Constituinte. Também do Piauí, Paulo da Silva, eleito deputado, quer que a reforma seja imediata, mas diz que devem ser prioritárias as áreas de conflito, com clara distinção entre a questão agrária e a questão agrícola.

O deputado Rubem Brancinho, eleito pelo PMDB do Acre, sustenta que a reforma deve ocorrer em áreas públicas e apenas nos grandes latifúndios particulares. Os deputados Maria Lúcia de Melo Araújo e José Melo, ambos do Acre e do PMDB, por sua vez, dizem que a reforma agrária deve atingir basicamente as áreas improdutivas.